

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2009:** _____

---Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
Maria Aurora Hipólito Silva em substituição de José Luís da Silva Ribeiro,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
José António Sampaio Brás Lima em substituição de António Manuel Amorim dos Santos,
Laurentino da Cruz Regado em substituição de José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
Jorge Sampaio da Silva em substituição de António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o

funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

António Viana da Cruz,
Manuel Fernando Lima Meira Torres e,
José Artur Saraiva Marinho.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, tendo endereçado os parabéns ao deputado Afonso Novo, que hoje é aniversariante, bem como agradeceu ao primeiro secretário da Mesa da Assembleia pelo facto que, pese embora estar agora a decorrer a festa de aniversário do seu filho, não ter faltado aos trabalhos.

Seguidamente, disse que o espaço de tempo que iria usar no seu discurso é fruto de uma grande revolta interior que sente na passagem de mais um aniversário da revolução de Abril.

Referiu que, num período em que se está a passar uma crise sem precedentes, é extremamente estranho, para não dizer outra coisa, que seja aprovada uma lei que permite aos partidos receberem donativos privados da ordem do milhão e meio de euros, sem que tal facto faça com que a contribuição estatal para os mesmos seja reduzida.

Continuando no uso da palavra dissertou sobre o 25 de Abril e sobre aquilo que ele representou, tendo dito que, na sua opinião, não se fez tudo o que estava ao alcance para se cumprir Abril, e que, nesta vertente faz também a sua meã culpa pelo que poderia eventualmente ter feito e deixou de fazer enquanto governante.

Disse que, na sua análise, desde 1974 até aos dias de hoje, poderemos encontrar três períodos distintos, quais sejam, um que vai de 75 a 85, período em que se consolidou a democracia, em que se lutava por razões ideológicas.

Esse período terá findado com o denominado Bloco Central, governo que foi extremamente para Portugal.

Depois o período compreendido entre 85 e 97, período de forte crescimento, de criação de um forte bem estar para as populações, mas no qual se passou da base ideológica para a base materialista.

E depois de 98 até aos dias de hoje e que se caracteriza por um gastar constante daquilo que tínhamos e do que não tínhamos, facto que levou a esta enorme dependência do exterior. Usou a metáfora para dizer que Guterres carregou o carro com o que era necessários para fazer a viagem, mas foi-se gastando sempre mais do que se tinha, até que chegou ao Governo de Durão Barroso e se veio a verificar que o país estava de tanga e que, pese embora estivéssemos de tanga, este ainda nos deu algumas sandes para o caminho.

Mas depois desse governo e até hoje, já não temos nada no carro para a viagem, já nem temos carro, já não temos sandes para o caminho.

Contudo disse que é um período de maior crescimento: do desemprego, da carga fiscal, da concentração de riqueza, do centralismo do Estado, das assimetrias regionais, e do controlo sobre os cidadãos.

Disse que o que se passou na escola de Fafe ou com o professor da DREN é de facto preocupante, mas mais preocupante é que se está a fazer passar a ideia de que o cidadão tem de ter cuidado porque sabe que está a ser controlado.

Concluiu dizendo que estamos a caminhar para um 24 de Abril democrático.

Seguidamente interveio Orlando Capitão cuja intervenção vai ser transcrita:

“A comunicação social tem dado conhecimento público de que, pelo menos, um quinto dos Municípios Portugueses, vêm tomando medidas fiscais para aliviar os seus munícipes atingidos pela crise económica que enfrentamos, reduzindo taxas municipais e abdicando, no todo ou em parte, da sua participação no IRS.

O semanário Expresso, de 18 deste mês de Abril, publica uma lista de 63 municípios que reduziram ou abdicaram da sua participação no IRS, com destaque para os distritos de Faro, Santarém e Viseu com oito municípios e de Viana do Castelo com sete.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara: Que medidas tomou ou vai tomar a Câmara Municipal de Esposende para promover o emprego dos seus munícipes, manter os empregos existentes e recuperar os empregos perdidos e ainda para aliviar a carga fiscal das famílias deste concelho, já claramente afectadas pela crise?

Soube também pela comunicação social que, de 14 de Abril a 5 de Junho, se encontra em discussão pública a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira. Gostaria de saber qual a participação da Câmara Municipal de Esposende se é que houve alguma, na elaboração dessa estratégia, na parte relativa à área territorial do nosso Município.

Duma leitura muito breve sobre a documentação que procurei obter pela Internet, verifico que nos Planos de Praia não vem referida, para além de outras, a Praia de S. Bartolomeu do Mar. Esta Praia apenas é referida nas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, onde se afirma que se procede à actualização do custo e à identificação das acções realizadas em algumas destas unidades, incluindo a Praia de S. Bartolomeu do Mar, acrescentando que o POOC prevê a elaboração de um PMOT, estando já efectuado o levantamento das demolições a realizar (armazéns e 2.ªs habitações), restando a reabilitação do cordão dunar e a

qualificação do espaço urbano e as demolições. Em termos de execução, parece que está tudo por fazer.

Dos Planos de Praia constam, na área do Município de Esposende, as Praias de Rio de Moinhos, Cepães/Suave Mar, Ofir, Apúlia/Apúlia Norte e Ramalha (?). E as outras Praias, como a Guilheta?

Nas intervenções de protecção refere-se que foi considerado como fundamental para a protecção do litoral a manutenção dos cordões dunares de Belinho/S. Bartolomeu do Mar, da restinga de Ofir e de Pedrinhas /Cedovem. Aqui, está em causa apenas a manutenção das dunas, não das praias.

Qual vai ser a intervenção da Câmara neste período de discussão pública? Já ouviu ou vai ouvir as Juntas de Freguesia da orla costeira do concelho?"

Interveio seguidamente Maranhão Peixoto, cuja intervenção vai ser transcrita:

"No dia 11 de Junho do ano transacto entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 97/2008. Este diploma estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, previsto na famosa Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro de 2005), para disciplinar a taxa de recursos hídricos, as tarifas de serviços públicos de águas e os contratos-programa em matéria de gestão de recursos hídricos.

Ainda neste âmbito, e com a desculpa de garantir a correcta e homogénea aplicação da Taxa de Recursos Hídricos em todo o país, é determinado pelo senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que sejam seguidas as normas de orientação constantes do anexo ao Despacho n.º 484/2009, de 8 de Janeiro deste ano.

Com o refinado embuste de que a taxa de recursos hídricos visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, além do custo ambiental inerente às actividades susceptíveis de causar impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade da água, quando o cidadão comum sabe que visa tão e somente suportar os encargos financeiros decorrentes da criação das 5 Administrações das Regiões Hidrográficas (Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve), cada uma delas vestida com o fardamento de I. P.- Instituto Público. Pois, nesta área a tão propalada, mas, famigerada modernização administrativa adicionou novas estruturas às existentes, mesmo no âmbito de actuação sub-regional.

Senhor Presidente, senhores deputados:

Esta taxa não tem qualquer sentido. Não passa de mais um roubo, à semelhança da contribuição audio-visual que nos é extorquida sub-repticiamente na factura da electricidade.

Em primeiro lugar, e na senda do impoluto e eminente constitucionalista da Universidade da brilhante "Lusa Atenas", Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, estamos perante uma taxa de duvidosa legalidade, dado que encarna um imposto que deveria ser aprovado ou rejeitado pelo órgão de soberania competente: a Assembleia da República.

Em segundo lugar, e muito grave, não se entende que um governo, ainda por cima dito socialista, numa época em que a esmagadora maioria das famílias conhecem e vivem sérias dificuldades sejam castigadas com mais um custo acrescido.

Em terceiro lugar, e pasme-se senhores deputados, no caso do saneamento, por exemplo, o

valor da taxa a pagar é tanto maior quanto pior funcionar o sistema. Isto é, quanto pior for o serviço prestado, mais paga o utilizador, mormente o munícipe. Perante esta brutal afronta o que nos resta é, aqui e agora, manifestar a nossa indignação. Assim, propomos um voto de protesto sobre a taxa de recursos hídricos e a sua imediata extinção. Que do mesmo seja dado conhecimento ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo através do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.”

Interveio seguidamente António Pilar tendo questionado o senhor Presidente da Câmara sobre um lote de terreno sito na Avenida Marginal em 1966, no qual se encontrava uma cláusula de reversão caso ali nada fosse construído no prazo de dois anos e, como já decorreu muito mais do que esses dois anos, o que pretende a Câmara Municipal fazer sobre o assunto. Continuando no uso da palavra perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara o que pretende esta fazer com um terreno que foi em tempos cedido ao Município, sito na Rua do Rio e que, no acordo de cedência estava ali prevista a construção de um infantário.

Interveio Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Começo por lamentar e, até, protestar o facto de os Órgãos deste município de Esposende não terem comemorado o 35.º aniversário do 25 de Abril. Dirão que o 25 de Abril, a revolução dos cravos não é pertença ou património de certas pessoas, argumento que têm utilizado, mas são os que têm usado este argumento, que se servem da sua Maioria, para nesta terra, impor o silêncio quanto à Celebração/Comemoração do 25 de Abril. É inadmissível que tal aconteça quando tantos e tantos municípios deste país, a maioria, celebra o 25 de Abril. Fazem-no porque têm a noção exacta do que o 25 de Abril significou para o Poder Local e para as populações. Lamento ter que, mais uma vez desta tribuna, nesta Assembleia, Órgão local sede da democracia, assinalar o silêncio deste Município sobre a Revolução dos cravos.

Mau exemplo, principalmente, para os mais novos, que certamente perguntarão: Porquê este silêncio da Câmara e Assembleia Municipal sobre o 25 de Abril?

Claro que não partilho da análise do Sr. Presidente desta Assembleia sobre estes 35 anos que decorreram desde o 25 de Abril.

O 25 de Abril constituiu a ruptura com uma sociedade pobre, atrasada, triste, uma sociedade e um povo agrilhado, uma ditadura fascista, um verdadeiro estado terrorista e criminoso.

Mas foi também sonho e foi projecto, projecto de um Portugal desenvolvido. E após 1975 não houve os períodos elencados pelo Sr. Presidente desta Assembleia, mas sim um único período, o período de convergência de opções políticas arredias do ideário de Abril, cujos autores, e é preciso ter a coragem de o assumir e de o dizer, foram, sozinhos ou coligados, o PS, PSD e às vezes o apêndice CDS. Estes três sim, durante muitos anos foram os responsáveis pelo estado que chegou este País. Os responsáveis únicos por estarmos novamente em muitos indicadores na situação ou numa situação preocupante e idêntica ao 24 de Abril.”

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro apresentou ainda três recomendações e duas propostas cujo teor a seguir se transcreve:

Recomendação – Adesão à Rede Nacional de Cidades Saudáveis

“Hoje, cada vez mais, há a convicção de que a saúde de uma comunidade e de cada um dos seus membros constitui um poderosíssimo factor de desenvolvimento. Uma comunidade sem saúde é uma comunidade apática, pouco mobilizada e acrítica perante o mundo e a vida. Uma comunidade sem saúde obstaculiza a capacidade de realização dos seus indivíduos, impede o seu-bem estar individual e colectivo. O Poder Local Democrático, reconhecido como um dos pilares do desenvolvimento, deve ter a saúde como uma das suas preocupações fundamentais. Consciente desta problemática, vários municípios portugueses constituíram formalmente em 10 de Outubro de 1997 a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis que é uma Associação, no presente, constituída por 21 Municípios, que tem por Missão “apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do Projecto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendem assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos”.

Assim, consciente da importância do desenvolvimento de estratégias locais orientadas para a obtenção de ganhos de saúde e da necessidade de aprofundar a cooperação e a comunicação com outros municípios que integram a Rede Nacional e com as restantes Redes Nacionais participantes no Projecto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Assembleia Municipal de Esposende recomenda à Câmara Municipal que desencadeie todos os procedimentos necessários para a adesão do Município de Esposende à Rede Nacional de Cidades Saudáveis.”

Recomendação – Construção de uma “baía” de estacionamento de táxis na cidade de Esposende.

“A praça de táxis da cidade de Esposende, sita no Largo Rodrigues Sampaio, não reúne condições de estacionamento. Efectivamente, não há uma baía de estacionamento dos veículos e embarque dos passageiros. Não há, conforme afirmam os profissionais de táxi, uma infraestrutura moderna, um espaço que garanta o mínimo conforto aos taxistas e seus clientes. Não há um espaço coberto que permita, nos dias de maior rigor climático, o resguardo dos passageiros, tal como já é visível em muitas vilas e cidades do nosso país. Ademais, nos períodos de maior fluxo de trânsito, a entrada e saída dos táxis torna-se perigosa, principalmente para os utentes deficientes que utilizem, por exemplo, cadeiras de rodas, cujo acesso acontece quase sempre do lado esquerdo do veículo, logo, em plena faixa de rodagem. Ora, tendo em conta esta situação que se arrasta há vários anos, e na perspectiva da sua urgente resolução, a Assembleia Municipal de Esposende, por proposta da CDU, recomenda à Câmara Municipal que desencadeie os necessários procedimentos tendentes a encontrar uma solução, quiçá, a construção de uma baía de estacionamento de táxis e embarque de passageiros, devidamente enquadrada, no plano arquitectónico e paisagístico, no Largo Rodrigues Sampaio, proporcionando assim melhores condições de trabalho aos taxistas e maior conforto e segurança no embarque dos passageiros, permitindo, até, uma maior fluidez do trânsito no local mencionado.

Mais recomenda que o projecto que venha a ser adoptado, resulta de uma efectiva auscultação dos taxistas que operam na praça em apreço.”

Proposta – Organização de um Fórum Específico sobre a problemática da Barra na Foz do Cávado.

“Há muitos, muitos anos que os sucessivos governos de Portugal vêm prometendo a construção da Barra. Em campanhas eleitorais, visitas ministeriais, há sempre uma promessa na ponta da língua, mas que logo se esvai, ficando no livro do esquecimento ou das vergonhosas mentiras dos sucessivos Governos. Ora, são os estudos que se encomendam e ficam engavetados, ora são as dificuldades financeiras. As justificações jorram diligentes sempre que se faz uma interpelação/questionamento sobre a construção da Barra. Já não há mais tempo para esperar. Neste quadro, a Assembleia Municipal de Esposende, ciente das suas responsabilidades políticas, delibera organizar, até ao próximo Verão, um Fórum amplo de debate específico sobre a problemática da Barra, cujas conclusões deverão ser coligidas numa carta reivindicativa a ser entregue aos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas, para que, confrontados com o sucessivo adiamento da construção da barra e com os prejuízos que tal atraso tem acarretado para o desenvolvimento de Esposende, assumam, de uma vez por todas, compromissos claros no sentido da resolução deste problema.”

Proposta – Organização em Esposende da Assembleia Intermunicipal da Rede Nacional de Municípios Educadores.

“Esposende integra há cerca de dois anos a Rede de Municípios e Cidades Educadoras. Nesta qualidade, têm sido desenvolvidos projectos e actividades concelhias no âmbito da educação. No entanto, o trabalho desenvolvido assumirá maior importância e visibilidade se for partilhado com outros actores locais. É fundamental o debate amplo sobre as várias medidas de política educativa levadas a efeito nas mais diversas localidades do nosso país. Importa, pois, avançar no plano da partilha de ideias, da fundamentação das opções tomadas, das estratégias definidas, das ambições e rumos traçados. Trata-se de uma abordagem plural, partilhada e mobilizadora em torno das questões educativas e do desenvolvimento local. Assim, tendo em atenção a pertença do nosso concelho à Rede Nacional de Municípios Educadores, a Assembleia, por proposta da CDU, delibera organizar, numa acção conjunta com a Câmara Municipal e com o Conselho Municipal da Educação, prioritariamente, no âmbito do próximo Fórum Educação, uma Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Educadores.”

Recomendação – Edição de uma separata do Boletim Municipal com todas as deliberações da Assembleia e Câmara Municipal.

“O reforço da democracia, responsabilização e transparência da gestão autárquica exige o aprofundamento das modalidades de comunicação com os munícipes. A informação atempada da actividade do Município é fundamental para um conhecimento aprofundado, nas mais diversas áreas e vertentes, das políticas e opções tomadas. Ora, não é suficiente, para veicular esta informação, a edição filtrada dos conteúdos no sítio da Câmara na Internet ou, às vezes, na publicação designada Boletim Municipal. É preciso mais, muito mais. É preciso fornecer toda a informação acerca da actividade municipal. Mais informação, não significa dar a conhecer só o que interessa à Maioria, mas antes informar com o objectivo de esclarecer e aprofundar a consciência cívica dos munícipes. Neste sentido, a Assembleia Municipal delibera, mais uma vez por proposta da CDU, recomendar à Câmara que, pelo menos com a

periodicidade bimensal ou trimestral, edite uma separata do boletim municipal, onde constem todas as deliberações dos dois órgãos do Município de Esposende. Mais recomenda que a Câmara insira no sítio do Município na Internet conteúdos actualizados sobre a actividade da Assembleia Municipal.”

Interveio seguidamente Pedro Saleiro cuja intervenção vai ser transcrita:

“A imprensa nacional de hoje dá destaque – um merecido destaque – à posição assumida ontem, por cerca de 80 autarcas do Norte do País, no âmbito de uma reunião do Conselho da Região, em que é reclamado um compromisso claro quanto à instituição de regiões administrativas do país.

Como notou corajosamente Carlos Zorrinho, o “medo do Norte e o medo do Porto” tem sido a “agenda escondida” que inviabiliza este processo o qual, acrescentamos nós, é vital para garantir um desenvolvimento harmonioso do país, especialmente da nossa região, cujos caracteres de autonomia se vêm acentuando, num processo quase imperceptível, mas inexorável.

Hoje, é para mim pacífico, que o Norte e o Sul constituem-se como entidades com características diversas, devendo a coesão nacional reflectir essas diferenças, designadamente através da consolidação de um nível intermédio de administração, democraticamente legitimada, que ocupe a “terra de ninguém” que existe entre a Administração Central e as Autarquias Locais.

Vêm estas considerações a propósito da recente “Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) para a Região Norte”, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), cuja simples existência evidencia que a regionalização administrativa é um facto, faltando-lhe apenas (e este “apenas” é tudo) a componente política.

Este documento contém, a nosso ver, linhas de orientação que são correctas, designadamente:

- O acentuar do carácter policêntrico da região – que constitui um contraponto importante ao centralismo da Região Metropolitana do Porto*
- E o enfatizar da necessidade de garantir a coesão territorial, mesmo nos casos em que isso exige a existência permanente de serviços e equipamentos mínimos, não sustentados em critérios ou limiares económicos para as procuras existentes ou potenciais. Este pressuposto contraria frontalmente as teses macro administrativas que estão na “moda” e é fundamental para assegurar o espaço vital dos pequenos municípios, como é o caso do nosso.*

Nessa medida, é interesse fundamental do Município de Esposende, e desta Assembleia Municipal em particular, acompanhar de perto a discussão do PROT.

Não só porque é nosso dever garantir que o modelo de infra-estruturas, previsto no Plano, não venha acentuar algumas centralidades (com destaque para a Área Metropolitana do Porto e para o quadrilátero urbano constituído pelas cidades de Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos), remetendo para a situação de municípios satélites os pequenos municípios, entre os quais se encontra Esposende; mas também para pugnar pela proposta aí contida de ser

equacionado o prolongamento da linha de caminho de ferro Senhora da Hora – Póvoa do Varzim, até Viana do Castelo, passando por Esposende.

Muito haveria a dizer sobre os méritos desta proposta mas, por agora, basta referir com agrado que ela surge no âmbito de uma análise técnica e não por um capricho ou impulso político.

É uma oportunidade que devemos agarrar com as duas mãos, mesmo que o horizonte da sua execução remeta para o ciclo de investimentos pós 2015.

Não exagerarei se disser que a construção desta linha ferroviária (não interessa se em modelo Metro, suburbano ou outro) repararia uma injustiça histórica.

Entendo que é nosso dever – independentemente do ciclo eleitoral que se avizinha – discutir esta questão a um nível municipal, razão pela qual ponho à consideração dos diferentes partidos políticos e grupos de cidadãos independentes aqui presentes, que se estabeleça uma forma de promovermos um debate sobre o PROT, não só entre nós, mas aberto a toda a população interessada.

Julgo que a Assembleia Municipal, ponto de convergência de todas as sensibilidades políticas com expressão no Concelho, será o órgão indicado para o promover.

Não proponho nenhum modelo de análise e discussão, porque entendo que, se acharem que este assunto merece ser estudado e discutido, devemos estabelecer previamente a forma de o fazer.

Da nossa parte, existe toda a abertura e vontade nesse sentido.”

Intervenção seguida de Penteados Neiva, cuja intervenção vai ser transcrita:

“As investigações arqueológicas no concelho de Esposende tem, ao longo de mais de 20 anos, contado com historiadores de grande reputação e empenho. Há dias esta equipa ficou mais pobre. Faleceu um dos pioneiros das escavações arqueológicas do nosso concelho. Participou em todos os projectos; estudou muitos dos materiais aí exumados; participou em sessões de dinamização sobre o nosso património; escreveu textos sobre Esposende nomeadamente o texto que deu origem à obra “O Caturro”.

Porque devemos prestar homenagem àqueles que deram o seu saber ao concelho de Esposende, não podemos deixar de aqui apresentar um voto de Pesar pela morte do Dr. João Antunes. Um arqueólogo que dedicou praticamente toda a sua vida como arqueólogo ao concelho de Esposende e que recentemente faleceu.

Que este voto de pesar seja transmitido à família.”

Dado a existência de diversos assuntos a serem sujeitos a votação decorrentes das intervenções no período de antes da ordem do dia, por decisão do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e sendo vinte e duas horas e cinco minutos, foram os trabalhos interrompidos.

Sendo vinte e duas horas e quinze minutos foram reiniciados os trabalhos, estando presentes todos os membros que o estavam quando estes haviam sido interrompidos.

Colocada à votação a recomendação apresentada por Orlando Capitão foi a mesma aprovada por unanimidade.

Colocado à votação o voto de protesto apresentado por Maranhão Peixoto, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Colocada à votação a proposta apresentada por Manuel Carvoeiro sobre a realização de uma assembleia intermunicipal de Municípios Educadores, foi a mesma rejeitada com 21 votos contra, 3 votos a favor e 9 abstenções, tendo o grupo parlamentar do PSD apresentado a seguinte declaração de voto: “Votamos contra porque julgamos que esta matéria tem sido motivo de abordagens no Conselho Municipal de Educação que é, de resto, o órgão apropriado para debater o assunto.”.

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a edição de uma separata do Boletim Municipal, foi a mesma rejeitada com 21 votos contra, 9 votos a favor e 3 abstenções.

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a adesão do Município de Esposende à rede nacional de cidades saudáveis, foi a mesma rejeitada com 21 votos contra, 1 voto a favor e 11 abstenções.

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a construção de uma baía de embarque de passageiros em táxi no Largo Rodrigues Sampaio, foi a mesma rejeitada com 23 votos contra, 8 votos a favor e 2 abstenções.

José Felgueiras apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstenho-mo porque embora ache que é necessária uma intervenção, sabe que este assunto já está a ser tratado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, pelo que crê haver uma solução para breve.”.

Colocada à votação a proposta apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a carta reivindicativa sobre a construção da barra de Esposende, foi a mesma rejeitada com 20 votos contra, 11 votos a favor e 2 abstenções.

José Felgueiras apresentou a seguinte declaração: “Embora ache pertinente a proposta, abstenho-me porque neste momento o assunto está a ser tratado ao mais alto nível, mas essencialmente por razões políticas uma vez que a CDU, sempre que é chamada a terriero para decidir destes e doutros temas vem sempre dizer que não tem nada a ver com o assunto porque não partiu dela a decisão, razão pela qual, a CDU deveria postergar a decisão sobre esta proposta para momento posterior por forma a que a decisão já tivesse em linha de conta o que vier a ser decidido àquele mais alto nível que antes referiu.”.

O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “Votamos contra, não porque estejamos contra uma tomada de decisão sobre a barra e sobre a efectiva necessidade de realização de obras, mas porque há estudos e esforços que estão a ser desenvolvidos e esta proposta da CDU não é mais do que uma manobra para brilhar na ribalta política.”.

Colocado a votação o voto de pesar apresentado foi o mesmo aprovado por unanimidade, bem como foi deliberado que do mesmo seja dado conhecimento aos familiares do falecido.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, tendo este efectuado intervenção nos seguintes termos:

Referiu que, ultimamente, se tem entrado no exagero na tomada de medidas avulsas por parte de alguns municípios em matéria de pretensão apoio a famílias carenciadas. Disse que, também nesta matéria, se deve ter presente o princípio da igualdade e não esquecer que este postula que se trate de forma diferente o que é diferente e não só de forma igual o que é igual, ou seja, se existem famílias com enormes dificuldades económico financeiras, e infelizmente existem, também existem outras com capacidade para cumprir integralmente com as suas obrigações, razão pela qual entende que deverá o Município continuar a pautar a sua tomada de decisões, como isenção ou redução dos valores das taxas a pagar, em função de uma prévia caracterização social, que é o que tem vindo a ser feito, com muito bons resultados, contudo não se faz disso objecto de publicidade porque interessa é efectivamente apoiar as famílias e não divulgar o que se faz com objectivos eleitoralistas.

Relativamente aos apoios a empresas, o Município de Esposende desde logo, há longa data, que não cria derrama, facto que, por si só, é uma forma de não sobrecarregar as empresas, mas também tem feito esforços por captar investimentos e por apoiar os empresários em potenciais candidaturas que possam aproveitar e, para além disto, não resta mais aos municípios a fazer, pese embora entenda que as empresas necessitam também e muito mais de outros tipos de apoio, como em matéria fiscal em sede de IVA e IRC, relativas a encargos com Segurança Social e com custos de energia e, nesta matéria, não cabe aos municípios actuar.

Disse ainda que se fala muito de apoios às empresas mas, na realidade, o que se passa é o inverso, tendo dado como exemplo a garantia que havia sido dada de criação de um Gabinete de Inserção Profissional quando foi fechada a CARFER, e, apesar da Câmara Municipal ter desde logo efectuado essa candidatura o que recebeu da Administração Central foi o indeferimento do projecto por entenderem que Esposende não é uma prioridade.

Disse ainda que, relativamente ao tema abordado pelo deputado Orlando Capitão, relacionado com as praias, que existem de facto algumas praias no concelho que não podem ser concessionáveis devido a um conjunto vasto de razões, como por exemplo as acessibilidades, a qualidade da água ou outras que não são controláveis.

Em resposta à intervenção do deputado António Pilar disse que se o contrato foi feito em 1966 e havia dois anos para construir, a questão deveria ser colocada ao presidente da câmara em 1968 ou 1969, pelo que, desconhecendo a situação em concreto vai ordenar aos serviços que procedam a uma averiguação da situação em concreto. Disse ainda que, relativamente ao lote

da Rua do Rio, é um local onde, quando o Município careça naquela área de um equipamento educativo já dispõe de terreno para o instalar.

Disse ainda que está previsto um encontro das cidades educativas que irá decorrer em Esposende.

Continuando no uso da palavra disse que subscreve e que lhe parece interessante o desafio que foi há pouco aqui lançado pelo deputado Pedro Saleiro.

Informou que o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo já foi entregue pelo IPCA e está a ser avaliada da sua qualidade e, caso vá de encontro às expectativas, será enviado à Assembleia Municipal de imediato.

Informou também que o site da Câmara está pronto e que ali vão constar todas as decisões dos órgãos municipais, sendo que, no dia 18 de Maio pelas 15H00 será apresentado e colocado on-line.

Disse ainda que terminava com más notícias, quais sejam aquelas que trouxe do seu encontro de ontem com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, onde esteve reunido a tratar de questões relacionadas com as concessões da zona ribeirinha de Esposende e, tendo aproveitado para abordar a questão do desassoreamento das docas e da barra de Esposende, lhe foi dito que o PNLN não autorizou que os dragados fossem depositados do outro lado da restinga, isto pese embora tenham sido analisados e fossem considerados do tipo um, contudo, essa não autorização inviabilizou a solução de dragagem da doca. Desta forma a solução teria de passar por efectuar a dragagem e levar os dragados para alto mar, solução que só seria comportável, ou melhor que só teria empresas disponíveis para a realizar se, paralelamente, fosse também efectuada a dragagem da barra. E, nesta medida, a única garantia que lhe foi dada é que iriam tentar colocar em PIDAC no ano de 2010 a rubrica para a participação nacional para estes trabalhos e esperar que houvesse participação comunitária para o custo restante, mas que não havia nenhuma garantia de que tal viesse a acontecer, sendo caricato que não exista verba para estes trabalhos mas que se encomende novo estudo à Faculdade de Engenharia do Porto por cerca de duzentos e cinquenta mil euros.

Em suma, o que se pode concluir é que, em matéria de decisões relacionadas com a barra, estamos como estávamos em 2006.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Sr. Presidente, há pouco tempo V.^a Ex.^a reencaminhou um e-mail que lhe foi dirigido pela direcção da Cooperativa Zendensino a todos os deputados desta Assembleia. O anexo ao referido e-mail era um ofício que lhe dava conta dos atrasos de vários meses na transferência de verbas do poder Central para a referida Cooperativa, situação que estava a criar gravíssimos problemas, designadamente colocando em causa o pagamento de salários aos docentes e funcionários, bem como o pagamento de subsídios aos alunos. No entanto, parece, e o Sr. Presidente dirá, que no mesmo documento a Zendensino também reclamava as verbas

em atraso que deveriam ser transferidas pela Câmara Municipal. Então, Sr. Presidente, porque cortou do e-mail a parte que se reportava à Câmara? Acha essa prática correcta? Gostaria de colher a sua resposta.

Sr. Presidente fala-se que a Câmara celebrou, para instalação de muitos dos seus serviços, contratos de arrendamento de vários imóveis na cidade de Esposende. Assim, pergunto a V.^a Ex.^a: i) Quantos contratos de arrendamento celebrou, até ao presente, a Câmara para os fins mencionados? ii) Quais são os senhorios, iii) que importância global tem a Câmara com tais contratos de locação de imóveis? Também, gostaria que, de forma clara e objectiva respondesse a estas questões.

Aqui bem próximo dos paços do Concelho, mesmo em frente à sede do PS, há um imóvel abandonado e muito degradado. É um espaço com um aspecto andrajoso. Fui informado que em tal casa pernoitam várias pessoas designadas “sem abrigo”. Face a esta situação que medidas tomou ou tenciona vir a tomar para a resolver. Então, aqui mesmo à porta da Câmara e, também, da sede do PS, não viram este quadro de total abandono? Açam bem? Porquê tanta passividade?

Sr. Presidente da Câmara, fui informado por vários taxistas com lugar na Praça Rodrigues Sampaio, aqui em Esposende, que há dois anos andam a pedir uma audiência a V.^a Ex.^a e ,até esta data, não foram recebidos. Acha bem, Sr. Presidente este atraso? Acha que esta é uma forma correcta de tratar estes profissionais de táxi? Imagine o Sr. se, enquanto cidadão, para tratar de um problema, andasse há dois anos sem ser recebido pelo Presidente da Câmara. O que pensaria, então, o cidadão João Cepa do Presidente João Cepa? Porque não atende os taxistas desta cidade? Diga, lá Sr. Presidente, diga lá, de forma clara, porque despreza estes homens que prestam um serviço público de transporte de passageiros?”

Intervio Orlando Capitão tendo questionado sobre as razões pelas quais ainda não foi recebida a participação da Administração Central relativa ao Centro Escolar de Esposende.

Intervio seguidamente José Felgueiras tendo questionado sobre qual e quando vai ser dada solução para os telhados do denominado bairro de Sucupira, que como é sabido possuem amianto.

Continuando no uso da palavra, José Felgueiras disse ainda que, caso seja essa a vontade do deputado Manuel Carvoeiro, muito em breve lhe passará a pasta do assunto da barra de Esposende, só com a condição de que a CDU depois não venha usar de demagogia e não venha acusar os outros de serem os responsáveis de nada ser feito.

Intervio novamente Manuel Carvoeiro tendo referido que a CDU não usa de demagogia e que se há partido que tem feito algo pelos pescadores esse é a CDU.

Intervio Pedro Saleiro tendo solicitado esclarecimentos relativamente à deliberação tomada na última sessão da Assembleia Municipal, concretamente sobre a declaração de interesse público local para certos equipamentos da Zona Industrial de Esposende, ou seja, pretende saber se se trata de aplicar essa decisão a situações já existentes ou se será aproveitada para futuro, até porque entende que a declaração de interesse público deve ser concreta e não usada como algo

em abstracto.

Continuando no uso da palavra questionou sobre as medidas que a Câmara Municipal, tomou, se é que tomou, relativamente aos trabalhos de alteração do relevo que estão a ser levados a efeito no terreno junto ao hipermercado Modelo.

Seguidamente deu nota da visita que os deputados do PS efectuaram à empresa Solidal e, referiu que a administração da empresa deu conta das boas relações que tem com a Câmara Municipal, não sem referir que se mostrou preocupada com a eventual passagem no local onde se encontra instalada a empresa, de uma estrada variante que implicaria enormes prejuízos, mesmo irreparáveis, sobretudo pelo fornos eu ali estão instalados.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara tendo dito que, relativamente ao pré-escolar é necessário aguardar quais serão as decisões governamentais nesta matéria, pese embora o espaço onde foi construído o Centro Escolar de Esposende, pelo espaço que possui, não fosse compatível com a localização também do pré-escolar.

Disse ainda que não deve ser confundido o Presidente da Câmara, com a Câmara em si, ou seja, efectivamente foi pedida uma audiência ao presidente da câmara, contudo, como existem áreas funcionais delegadas nos senhores vereadores, foram os taxistas recebidos pelo vereador responsável por essa área em concreto.

Relativamente ao mail da Zendensino, confirma que, dado estarem tratadas no mesmo outras matérias, foi enviado um excerto e não cópia integral, contudo, não havia reclamação de verbas não pagas pela Câmara, mas sim um pedido de adiantamento por conta de valores ainda não vencidos.

Relativamente aos custos com rendas de instalações onde se encontram serviços municipais referiu que, de momento, não lhe é possível indicar, contudo, são quatro os serviços municipais que estão instalados em edifícios arrendados e, caso assim seja necessário, os serviços podem fornecer esses mesmos dados.

Referindo-se à casa abandonada na Rua Adriano Vieira, disse que a Câmara Municipal já encetou diversos contactos para que fosse encontrada uma solução, a qual tem esbarrado desde logo com o facto de serem vários os proprietários do imóvel e não haver entendimento entre eles, os quais já foram notificados para realizarem trabalhos necessários a que, pelo menos, estejam asseguradas as mínimas condições de segurança e saúde.

Disse ainda que a informação que aqui trouxe relativamente à barra é de ontem, logo ainda não tinha sido veiculada por outras vias, contudo, como referiu, não pode deixar de louvar o esforço que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, dentro das suas possibilidades de actuação, tendo feito para que seja encontrada uma solução.

Mais referiu que a CDU tem sempre demonstrada enorme vontade de retirar frutos de imediatismo e proveitos políticos em toda a cada intervenção que faz e, se de facto se

preocupasse mais em contribuir para resolver verdadeiramente os problemas e não em ir de imediato para a praça pública gabar-se de ter feito uma ou outra proposta, certamente estas, quando apresentadas, teriam melhor acolhimento.

Relativamente ao Centro Escolar de Esposende disse que se avançou mesmo sem a garantia de que havia financiamento, e que a obra seria concluída mesmo que tal não viesse a acontecer, contudo, tendo sido aprovada a candidatura, nesta como noutras situações, o financiamento ainda não chegou nem sabe quando chegará, o que, como na generalidade dos municípios portugueses, o que o Governo tem vindo a fazer é anunciar enormes feitos e projectos, mas o que de facto acontece é que sufoca completamente os municípios ao não enviar as verbas a que estes têm direito e que foram contratualizadas.

Disse ainda que o projecto de intervenção nos telhados da habitação social de Esposende está pronto e que o seu custo global ascende a cerca de milhão e meio de euros, pelo que, tendo sido apresentada candidatura no âmbito do UrbEsposende e não tendo ainda sido decidido nada sobre a mesma, terá de se aguardar decisão para se aferir se se pode avançar com o projecto nestes termos ou se, dado o elevado custo dos trabalhos, se terá de avançar com uma solução alternativa e menos onerosa.

Referindo-se à medida de excepção aprovada pela Assembleia Municipal, e em resposta a Pedro Saleiro, disse que se trata efectivamente de uma medida de excepção e que a solução de fundo será dada na revisão em curso do respectivo Plano de Urbanização, tendo ainda dito que os trabalhos que estavam a ser realizados no terreno junto do Modelo já foram embargados e instaurado processo de contra-ordenação.

Relativamente à Solidal disse que fica satisfeito com a visita que foi feita a esta empresa no âmbito das jornadas parlamentares do PS e que só é pena que tenham vindo somente deputados de quinta e sexta fila.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2009 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de Fevereiro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DESTE ÓRGÃO.

Verificaram-se quatro abstenções, as quais, conforme referiram, se devem ao facto de terem

então estado ausentes. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

03.03 – VALIMAR COMUNIDADE URBANA - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS - PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de Abril de 2009, foi presente na sessão proposta desta no sentido de que seja aprovada pela Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da Valimar Comunidade Urbana. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto, interveio Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser transcrita:

“A documentação distribuída não facilita, de forma clara e rápida, a determinação, para análise, das alterações introduzidas.

Enviem-nos o texto anterior e o texto que agora se propõe. O anterior continha 65 artigos. O agora proposto tem 56. Não é fácil descobrir todas as alterações introduzidas. Isso exigiria bastante tempo e paciência. Ainda vi a primeira meia dúzia de artigos, mas desisti.

A não quererem discriminar em documento, à parte, as alterações, poderiam, ao menos, assinalar, no texto agora proposto, com tipo de letra diferente o que era alterado. Assim, seria fácil analisá-las e votá-las conscientemente.

Porque não pude fazer essa análise, não votarei favoravelmente. Mas porque acredito que as alterações introduzidas visam o cumprimento da lei, também não vou votar contra. Vou abster-me.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA VALIMAR COMUNIDADE URBANA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FORAM APRESENTADOS.

Abstiveram-se os deputados Manuel Carvoeiro, Orlando Capitão, António Pilar e Luis Basto. -

Ausentou-se temporariamente o segundo Secretário Emídio Real.

03.04 – ARS NORTE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P. - INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

ESPOSENDE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES III - BARCELOS / ESPOSENDE. -----

Foi presente em sessão ofício da ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. onde é solicitado que a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição do seu representante no Conselho da Comunidade do ACES Cávado III - Barcelos / Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Foram apresentadas duas propostas, designadamente aquela apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, que passou a ser designada de Lista A, onde é proposto como representante o deputado Carlos Manuel Vasco Afonso Novo, e aquela apresentada pelo Grupo parlamentar do PS, que passou a ser designada de Lista B, na qual é proposta como representante a deputada Ana Margarida Ferreira Morgado.

Colocado o assunto a votação, corrido escrutínio secreto,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, DESIGNAR COMO REPRESENTANTE DESTA ASSEMBLEIA NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES III – BARCELOS, O DEPUTADO MUNICIPAL CARLOS MANUEL VASCO AFONSO NOVO, tendo-se obtido pois 20 votos na lista A, 9 votos na lista B, 1 voto em branco e 2 abstenções. -----

03.05 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES - PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão o Regulamento Municipal de Segurança de Esposende que, de acordo com as alíneas e) e r) do artigo 5.º do Capítulo II, deverá a Assembleia Municipal, indicar cinco Presidentes de Junta de Freguesia e dez cidadãos de reconhecida idoneidade para a composição do referido regulamento. -----

Foi apresentada uma lista única, a qual foi colocada a votação, pelo que, corrido escrutínio secreto,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, COM 31 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO, DESIGNAR COMO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE OS SEGUINTE ELEMENTOS:

Representantes das Juntas de Freguesia:

Presidente da Junta de Freguesia de Forjães – António Benjamim da Costa Pereira

Presidente da Junta de Freguesia de Apúlia – Emílio Moreira dos Santos Dias

Presidente da Junta de Freguesia de Fão – José Artur Saraiva Marinho

Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas – José Maria Losa Esteves

Presidente da Junta de Freguesia de Curvos – Mário Ferreira Fernandes

Lista de Cidadãos:

Manuel Albino Penteadó Neiva
António Maranhão Peixoto
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes
António Manuel Rossas Pereira
António Luís Faria da Costa Ribeiro
António Veiga de Araújo
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão
Ana Margarida Ferreira Morgado
António Pilar Ferreira
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro

Retomou a sessão o segundo Secretário Emídio Real.

03.06 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO P.D.M. - PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 16 de Abril de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento do P.D.M. - Plano Director Municipal. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período de discussão do presente assunto interveio Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser transcrita:

“De acordo com a posição anteriormente manifestada sobre este ponto, não poderei votar favoravelmente esta proposta, apesar de ela vir com todo o aspecto de legalidade. Poderão dizer-me que o Plano Director Municipal, há muito que precisa de ser revisto, que está desactualizado, que precisamos de um outro PDM. Estou inteiramente de acordo. Mas esta alteração não corresponde a essa necessidade. Tem na génese qualquer coisa muito esquisita. Houve um acto ilegal, declarado nulo e de nenhum efeito pelo Supremo Tribunal Administrativo. Não sei se alguma vez foi apurada a responsabilidade pela prática desse acto. Admito que esta alteração até possa contemplar outras situações. Mas contemplar aquela vai com certeza. A Administração é obrigada por Lei a respeitar e cumprir as resoluções dos Tribunais. Nada tenho contra os responsáveis pelo acto praticado nem contra quem dele beneficiou ou por ele foi prejudicado. Mas não posso deixar de reconhecer que a forma como o processo é resolvido constitui um perigosíssimo precedente. A Câmara Municipal vai proceder sempre assim, no futuro? Em consciência, sinto-me forçado a votar contra”

Interveio também Ana Morgado tendo colocado um conjunto de questões relacionadas com a alteração pretendida e a versão disponível na colectânea de regulamentos constantes do site da Câmara Municipal.

Interveio também Manuel Carvoeiro referindo que, concorda parcialmente com a posição assumida pelo CDS/PP, tendo também intervindo Pedro Saleiro que manifestou a opinião de que esta matéria deveria ser tratada em sede de revisão do PDM.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, APROVAR A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE NOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA, BEM COMO DELIBEROU MANDAR PROCEDER À NECESSÁRIA PUBLICITAÇÃO.

Votaram a favor 28 deputados, tendo votado contra 4, dos grupos parlamentares do CDS/PP e CDU e uma abstenção de Laurentino Regado.

Laurentino Regado apresentou a seguinte declaração: “Abstenho-me porque entendo não dever tomar posição por razões de ética política.”

O Grupo parlamentar do PS apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votamos a favor, não obstante a reserva que nos suscita a alteração do regime da RAN que, se não for devidamente acautelado (designadamente em matéria de infra-estruturas), poderá resultar em situações que vão contra o espírito da proposta apresentada a esta Assembleia. Quanto à alteração proposta para a freguesia do Marinhas (lugar de Cepães), antecedem as observações que já fizemos anteriormente a este propósito”.

03.07 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 26 de Março de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período da discussão do presente assunto interveio Ana Morgado solicitando informação acerca de qual o indexante para que seja aferido o custo por metro quadrado relativo ao valor das compensações.

Interveio também Orlando Capitão que referiu que se irá abster na votação do presente assunto uma vez que não lhe foram enviados os regulamentos anteriores sobre esta matéria por forma a poder conhecer em concreto o que vai ser alterado.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo dito que o valor das compensações é fixado anualmente e terá sempre em consideração a localização da operação urbanística e os equipamentos existentes sendo criada uma comissão, na qual passa a estar também representado o promotor, e que irá determinar esse valor.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, BEM COMO DELIBEROU MANDAR DAR A DEVIDA PUBLICIDADE AO MESMO.

Obtiveram-se 21 votos a favor, 8 votos contra e 4 abstenções. -----

03.08 – CÂMARA MUNICIPAL - MAPA DE PESSOAL - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 29 de Abril de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove a alteração ao Mapa de Pessoal para 2009. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL NOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO. -----

03.09 – CÂMARA MUNICIPAL - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2008 - PROPOSTA. -----

Foi presente o relatório de Actividades e documentos de prestação de Contas da Câmara Municipal, respeitante ao ano de dois mil e oito. Está junto o seguinte despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de vinte de Abril de dois mil e nove: *“De acordo com o que decorre do preceituado no artº 53º/2 c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, apreciar e votar os documentos de prestação de contas, apreciação esta que, conxionada com o disposto no artº 49º do mesmo diploma, terá que ocorrer na sessão de Abril daquele órgão deliberativo.*

A competência para elaborar e aprovar o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas é cometida à Câmara Municipal, como decorre do disposto no artº 64º/2 e) do mesmo diploma legal acima indicado, contudo, o artº 65º/1, também do mesmo texto legal, permite que a competência em apreço seja delegada pelo órgão executivo no seu presidente, o que veio a ocorrer, como consta de deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 16 de Janeiro de 2002.

Assim, no uso de competência delegada, APROVO o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal referentes ao ano de 2008, tudo conforme

documentos em anexo.

Mais determino que os mesmos sejam remetidos à Assembleia Municipal para o normal exercício, por parte desta, da competência já acima referida, proponde-se àquele órgão deliberativo que, para cumprimento do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de 696.666,50 € (Seiscentos e noventa e seis euros, seiscentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

a) Reservas Legais - € 34.833,33 (5%)

b) Reservas Livres - € 661.833,17 (95%)”. Segue-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da presente proposta e seus documentos anexos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito: -----

No período de discussão do presente assunto interveio Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita:

“A análise dos documentos de prestação de contas da Câmara de Esposende relativos ao exercício de 2008, denotam a distância entre o discurso e a realidade. Se atendermos à parte das receitas, vemos, nas receitas correntes, o grande peso dos impostos directos que constituem 25, 4% das receitas globais e, aqui, o peso significativo do Imposto Municipal sobre Imóveis, fonte importante de receitas que, não deixam de constituir um encargo pesado, nos tempos que correm, para os municípios, podendo e devendo, como bem se descortina destes números, a Câmara aliviar um pouco os municípios através da redução das taxas do IMI, sendo visível que tem margem para tal.

Olhando para as despesas, vemos que apesar da sua redução, em termos globais, por comparação ao ano anterior, ser de cerca de 2 milhões e trezentos mil euros, tal se deveu a uma contracção nas despesas de investimento e não nas despesas correntes, tendo estas, pelo contrário aumentado 10,1% em relação ao exercício de 2007. Temos, pois, um peso significativo das despesas correntes, sendo um quinhão significativo das mesmas, os encargos com Pessoal. Mas, a distância entre o discurso e a realidade é também visível quando vemos que a taxa de execução do investimento é de 54,9% do exercício e 30,7% da execução global, com uma taxa média de crescimento anual entre 2005 e 2006, negativa, isto é, menos 5,4%.

Da análise do Plano Plurianual de Investimentos, ressalta que a execução financeira foi de apenas 45,14% do orçamentado e, se olharmos de forma desagregada, vemos que vários objectivos e projectos na área do turismo, educação, rede viária, saúde, etc., não foram, pois, executados. Ora, tal situação seria ainda bem pior, não fosse a revisão dos documentos previsionais, retirando um conjunto de projectos essenciais para o desenvolvimento do concelho.

Estamos, mais uma vez, perante um documento que reflecte um rumo pouco sustentado do nosso município. É que de nada vale, numa lógica de demagogia e pura retórica anunciar, na passagem do tempo, projectos, fazer promessas e, no final, ficarmos aquém do anunciado.

Temos quase a certeza que, à semelhança de anos anteriores, tendo em atenção a proximidade de eleições, a Maioria vai aumentar o rol de promessas, vai aumentar as suas presenças em tudo o que seja ajuntamento de pessoas para prometer este mundo e o outro. Só se lamenta que se continue a olhar o futuro com pouca ambição, sem rasgo e, por isso, num caminhar muito lento, às vezes, nesta ou naquela vertente, interrompido por uma tímida corridinha.

Pelas razões aduzidas, votarei contra.”

Interveio seguidamente Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Do resumo da execução orçamental constam algumas situações um pouco estranhas. Por exemplo: Nas despesas de capital, para aquisição de bens de investimento, foi constituída uma dotação de 8.241.951,00 €, quando a execução não foi além de 3.721.707,78 €. Algo de estranho terá acontecido. A previsão parece ter sido feita a sonhar. A realidade não corresponde a esse sonho.

Também dá para pensar a despesa com o funcionamento da Assembleia Municipal. A dotação e os gastos, durante o ano de 2008, com o órgão mais representativo do Município não ultrapassam os 20.753,74 €, como consta do mapa de controlo orçamental da despesa. Os reparos, por vezes, feitos – alguns foram feitos nesta reunião – sobre a deficiente informação e documentação que nos é enviada e que nos impede de fazer um estudo cuidadoso dos processos sobre que temos de nos pronunciar, tem aqui a sua explicação.

Para ver a forma como é tratada esta Assembleia, em termos orçamentais, basta reparar que enquanto a despesa com este órgão municipal foi de 20.753,74 €, a Câmara Municipal, só em pessoal em regime de tarefa ou avença, gastou, no mesmo período, 54.029,35.

Porque a documentação sobre este ponto da ordem de trabalhos é vasta e levanta, por vezes, algumas dúvidas, abster-me-ei.

Porém, a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício contida no Relatório de Gestão, terá o meu voto favorável.”

Interveio depois João Nunes, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Em 20 de Dezembro de 2007, nesta Assembleia Municipal, afirmámos que o Orçamento para o ano de 2008, devido ao empolamento dos números, não seria realizável, e, garantia duas certezas: a rotineira revisão orçamental no mês de Setembro, e, a renovação para 2009 de muitíssimos objectivos apontados como realizáveis em 2008.

E foi o que aconteceu.

O Orçamento para 2008, que a maioria aprovou, totalizava 25.799M€.

A Câmara Municipal executou cerca de 18 milhões de euros. Menos 7,7 milhões de euros.

Senhor Presidente da Câmara, continuamos a pensar que V.Ex.ca. comete um erro ao não permitir o envolvimento dos Senhores Vereadores na discussão das contas. A Democracia fica ausente da Câmara, emergindo a autocracia, e, é pena que, no Executivo, apenas uma assinatura, a sua Senhor Presidente, sirva para aprovar um ano de trabalho.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Ao analisar a Prestação de Contas de 2008, concluímos que valeu a pena, durante estes últimos sete anos, questionar, duvidar, solicitar discussão, exigir informação, porque, já em relatórios anteriores, mas especialmente neste Relatório de Gestão se nota, que houve preocupação redobrada em ter tudo o mais “afinadinho” possível, o mais esclarecido possível.

Em termos formais, diríamos que as Contas estão bem apresentadas.

Congratulámo-nos pois, quando constatamos e é notório, o cuidado em fornecer tanta

informação, fruto de muita insistência e de muito trabalho por parte do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, sem desconsiderar, naturalmente, outros intervenientes políticos, e, as novas exigências impostas por lei.

Hoje, ler o relatório e parecer do auditor externo, quase que é suficiente para se ter uma noção mínima sobre as contas do Município, num determinado ano.

Há no entanto algumas preocupações, interrogações e até correcções que aqui pretendemos assinalar.

Há um lapso por parte do Executivo quando escreve na página 59 que o endividamento da Autarquia registou aumento de 14%. A verdade é que esse aumento foi de 8,32%. Analisando o quadro da página 60, verificamos não estar mencionado no ano de 2007, o valor de 529.291 euros, respeitante a Empréstimos de curto prazo (ver página 144).

Em relação ao dinheiro que se dá à Esposende Ambiente, continuamos a afirmar que é um erro tremendo a forma como se transfere aqueles valores. Em apenas dois anos, o Município teria poupado cerca de 90 mil euros em IVA, que teimosa e caprichosamente, continua a ser uma despesa inútil. A Câmara dá e ainda paga para dar. É uma teimosia incompreensível, só possível porque se manuseia dinheiros públicos.

Da análise aos indicadores económico-financeiros, apresentados neste Relatório, apura-se que a Câmara Municipal não tem, com os seus próprios meios, capacidade para liquidar as dívidas de curto prazo, com especial destaque para a falta de Liquidez imediata.

Significa isto que, se a Câmara decidisse pagar todas as dívidas de curto prazo, ainda teria de pedir emprestado mais 2,8M€ (dois milhões e oitocentos mil euros).

Senhor Presidente da Câmara, no Relatório de Contas, há cerca de 230 utentes declarados como sendo “de cobrança duvidosa”.

Será que aqueles nomes ali identificados, alguns bem conhecidos da nossa praça, não terão capacidade para pagar os 15 ou 30 euros em dívida? Será sinal da crise ou haverá outra explicação?

Sendo verdade que em 2008 o Município amortizou dívidas a Bancos no valor de 285 mil euros, não deixa de ser preocupante que a Câmara se tenha financiado com os Fornecedores, pois aumentou a dívida aos Fornecedores, em mais 1,2 milhões de euros.

PREOCUPANTE é comparar o Passivo = Dívidas = Responsabilidades da Câmara Municipal, entre o ano de 2002 e o ano de 2008. Há sete anos, esse Passivo era de 12.682M€ (doze milhões seiscentos oitenta dois mil euros); No final de 2008, o total do Passivo atinge os 22.975M€ (vinte dois milhões novecentos setenta cinco euros).

Desde 2002, primeiro ano em que ganhou eleições sozinho, este Passivo cresceu 81%, a que equivale um aumento superior a mais de 10 milhões de euros.

PREOCUPANTE é saber-se que nestes últimos sete anos, a Câmara teve ao seu dispor cerca de 120 milhões de euros, (vinte e quatro milhões de contos à moeda antiga), provenientes do Estado, de receitas e empréstimos bancários, e, apenas aplicou em Investimentos, 28% desse valor, quase tanto quanto gastou em serviços externos, 26%.

Não somos contra o facto de se gastar o dinheiro. Discutimos é o critério.

Apostar em investimentos, que possam trazer algum retorno ao Município, seria a melhor aposta, mas desperdiçar tanto dinheiro, mais de 31 milhões de euros em bens e serviços externos, não pode merecer o nosso apoio.

PREOCUPANTE é saber-se que de 2002 a 2008, cerca de 59% das Receitas, foram gastas em Despesas Correntes.

DESCONFORTÁVEL é a Câmara Municipal ter apresentado nos últimos sete anos, Orçamentos dos Planos de Actividades Municipais e Planos Plurianuais de Investimentos, que totalizavam cerca de 137 milhões de euros, e de ter executado 73 milhões de euros, ou seja, promete-se muito, engordam-se os números, mas executa-se muito menos.

INQUIETANTE é ler-se na Certificação Legal das Contas do auditor da “Esposende 2000”, a recomendação para se “cumprir com as regras fiscais, evitando eventuais coimas e juros”

DESOLADOR é apurar que a Câmara Municipal, orçamentou nos últimos sete anos, 78 milhões de euros em Investimentos e foram executados 33 milhões de euros.

PREOCUPANTE é apurar que o ano de 2008, é o segundo pior ano em investimentos desde 2002

ALARMANTE, apesar dos esforços tantas vezes badalados, mas pelos vistos ineficientes, é o custo da água que não é facturada. Os números não enganam.

Por cada dia que passou, a Esposende Ambiente desperdiça ou não factura, 660 euros. São 132 contos por dia. São 48 mil contos por ano. A bonita soma de 240 mil euros/ano.

ASSUSTADOR é o total do Passivo que se verificava em 31 de Dezembro de 2008, em nome do Município.

Assim, consolidando as contas da “Câmara Municipal”, “Esposende Ambiente” e “Esposende 2000”, o total dos Passivos descritos nos seus relatórios de contas, atingem a astronómica soma de 29 milhões de euros.

Pelas razões expostas, pelo pouco cuidado no modo como se gastou o dinheiro de todos nós, e, ainda, porque há uma diferença muito significativa entre o que se prometeu em Investimentos para 2008 e o que foi realizado, não votaremos favoravelmente a Prestação de Contas.”

Intervenção seguidamente Penteadado Neiva cuja intervenção vai ser transcrita:

“Ao longo do ano de 2008 os cidadãos de Esposende foram-se apercebendo do trabalho e da actividade do Município. Uma acção eficaz, bem estruturada e, acima de tudo, virada para a concretização dos variadíssimos anseios das gentes deste concelho.

Todos sabemos que um Plano Anual é, na sua génese, um instrumento previsional, sofrendo, sempre que necessário, readaptações às realidades e circunstâncias económico-sociais que, hoje mais do que nunca, e devido às políticas incertas e zigzaguentes deste governo, obriga a que os poderes municipais elaborem os seus Planos e Orçamentos com rigor mas, ab initio cheios de incertezas e, por isso, passíveis de alterações no decorrer do ano.

O corolário da actividade Municipal é, no entanto, reflectido neste momento de apresentação pública das contas do Município, documento suportado por parecer de auditores externos.

Para nós seria suficiente ouvir de V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, aliás como o tem feito constantemente, que a saúde financeira da Câmara é boa, que a gestão dos dinheiros públicos é feita com rigor. No entanto, apraz-nos ler o Relatório dos Auditores que comprovam isso mesmo e, estamos certos, deixarão sossegadas ou, se calhar, desassossegadas as vozes críticas à sua gestão.

Regozijamo-nos quando vemos taxas de execução elevadíssimas o que prova a grande capacidade que o Executivo, liderado por V. Ex.^a tem na liderança deste Município.

Soube atrair para o nosso concelho significativas verbas dos fundos estruturais o que prova que tem havido um excelente trabalho na elaboração de projectos, propostas e candidaturas.

Mas, Senhor Presidente da Câmara, nem tudo correu bem. Verifica-se que houve uma

diminuição dramática em algumas das receitas correntes, certamente fruto de uma instabilidade do mercado mas, sobretudo, devido a um descrédito geral nas políticas que estão a ser implementadas pelo Governo Socialista e que, queiramos ou não, se reflectem enormes na vida dos municípios. Estamos certos que V. Ex.^a saberá – no que diz respeito ao nosso concelho – ultrapassar esta vaga negativa de desinvestimento e recuperar a confiança de quem sempre escolheu Esposende para investir.

Assim, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votará favoravelmente as contas referentes ao exercício de 2008.”

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo referido que as verbas constantes dos documentos como transferências para IPSS's se referem a protocolos assinados com aquelas instituições para permitirem de imediato a substituição de professores das actividades de enriquecimento curricular que entretanto tenham faltado, por forma a que os alunos nunca fiquem sem aquelas actividades.

Continuando no uso da palavra referiu que as verbas constantes dos documentos relativas à Assembleia Municipal se referem exclusivamente aos encargos com senhas de presença e não tem ali reflexo os custos com pessoal que apoia este órgão, mas, pelo menos que seja do seu conhecimento, sempre que foi apresentado qualquer pedido de apoio sempre foi disponibilizado.

Seguidamente referiu que estava à espera de uma intervenção muito mais acalorada do deputado João Nunes agora que é candidato do PS à Câmara Municipal, contudo a intervenção que fez deu a ideia de um candidato agastado, quiçá devido ao facto de a EAmb neste último ano apresentar excelentes resultados de gestão e assim não lhe ser permitido fazer o habitual discurso de ataque à gestão da empresa.

Ainda no uso da palavra disse que os municípios receberam propostas do Governo para que os sistemas de abastecimento domiciliário de água sejam entregues à empresa Águas de Portugal e que, caso isso viesse a acontecer, no caso de Esposende, os munícipes passariam a pagar cada metro cúbico de água consumida pelo dobro do preço que actualmente pagam.

Interveio Pedro Saleiro tendo dito que quem levou os sistemas municipais para o conglomerado das Águas de Portugal não foi o PS mas sim o Presidente da Câmara Municipal.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS FINAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2008.

Obtiveram 22 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções.

SEGUIDAMENTE PASSOU-SE À VOTAÇÃO RELATIVA À APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCÍCIO, TENDO A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, QUE OS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO SEJAM APLICADOS DA SEGUINTE FORMA:

34.833,33 € EM RESERVAS LEGAIS, E
661.833,17 € EM RESERVAS LIVRES.

03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não de verificaram intervenções.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado qualquer intervenção.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

---Sendo uma hora e dez minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 02/2009**

**SESSÃO ORDINÁRIA
30 de Abril de 2009**